

CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma - SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

AO

ILMO. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

À Ilma. Superintendente da Funbepe

Ao Ilmo. Pregoeiro da Funbepe

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.739.025/0001-30, estabelecida em São Sebastião da Gramma/SP, na Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115 - Bairro Jardim Santa Maria, por seu representante legal, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de V. Exa., com fulcro no item 22.1. do ato convocatório, interpor a presente

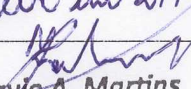
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

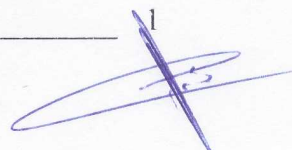
pelos seguintes fundamentos de fato e de direito:

I- DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A ora **IMPUGNANTE** já havia impugnado anteriormente o edital em referência, tendo sido acatados parcialmente os apontamentos feitos à época.

Contudo, com a republicação de um novo edital, vieram à tona questões ligadas ao objeto licitado que precisam ser esclarecidas ou retificadas por essas autoridades a bem do sucesso do procedimento licitatório pretendido.

Recebi em 27/01/2020

Flávio A. Martins
Departamento de Licitações
FUNBEPE



CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma – SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

Sendo assim, sem qualquer interesse em tumultuar o procedimento em epígrafe, solicita-se que essa respeitada entidade e confiantes no habitual bom senso desse conceituado órgão em sua decisão, requer sejam efetivamente excluídas tais exigências, a fim de que tal procedimento possa transcorrer normalmente, sem que sua legalidade possa vir a ser futuramente contestada.

II – DAS IRREGULARIDADES OBSERVADAS

Assim dispõe o item 07 do Anexo VI (Termo de Referência):

“07 – MANUTENÇÃO E BACK-UP EM NUVEM

7.7. A contratada deverá ofertar funcionalidade de back-up em nuvem, ao mesmo tempo que a Fundação também fará back-ups regulares em outro computador destinado a esse fim.”

Diante disso, questiona-se qual seria a capacidade de armazenamento mínima necessária de tal funcionalidade para que seja então possível mensurar o custo do BACKUP em NUVEM? Seria 300GB, 600GB, 1TB?

Outra questão: considerando que para execução de tal serviço é preciso licenciar um software para gerenciamento do backup em nuvem, não deveria este ser acrescentado aos módulos licitados, tal como ocorre nas licitações similares realizadas no país?

Do contrário, Nobres Julgadores, ocorrerá a cessão de licença de sistema de modo gratuito por parte do futuro contratado o que é vedado ao ente público, isso sem falar que tal custo precisará ser absorvido pelo contratado tornando a execução deficitária.

CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma – SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

Outra questão importante reside nos itens 11.4. a 11.7. do mesmo Anexo VI aqui citado:

“11.4. Na data de publicação do presente edital, está sendo implantado na Prefeitura o sistema S.C.P.I., da empresa AMENDOLA E AMENDOLA SOFTWARE LTDA, que opera na plataforma de banco de dados FIREBIRD.

11.4.1. É previsto que quando a contratada terminar a implantação de seu sistema nesta Fundação, a Prefeitura já tenha começado a utilizar o sistema da empresa AMENDOLA, logo, a solução de integração será desenvolvida tendo em mente o software S.C.P.I.

11.4.2. Todavia, não se descarta a possibilidade de a Prefeitura, devido a algum problema no início da execução do novo contrato, ter que retornar ao sistema antigo. Nesse caso, a contratada deverá providenciar solução de integração com o sistema PRONIM-CP, da empresa GOVERNANÇABRASIL S/A – TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, que opera sobre a plataforma de banco de dados MICROSOFT SQL SERVER.

11.4.3. Caso o software contábil da Prefeitura mude ao longo da vigência do contrato, a contratada deverá desenvolver tantas soluções de integração quantas forem necessárias.

11.5. Se a solução de integração necessitar de colaboração da empresa detentora do software da Prefeitura, esta Fundação intermediará em parceria com a Prefeitura uma reunião, para discutir o desenvolvimento da funcionalidade, agendando com os técnicos de ambas as empresas um dia e horário adequados.

11.6. Caso já exista alguma solução viável para as duas empresas, não será necessário o agendamento, bastando uma comunicação por escrito da Fundação à Prefeitura e sua empresa, informando que os dados financeiros e contábeis serão transferidos pelo método escolhido, sendo

CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma - SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

assegurado o tempo necessário para esta última se adaptar, caso necessite.

11.7. O desenvolvimento da funcionalidade de comunicação deverá ser feito SEM CUSTO ADICIONAL.”

Diante do exposto, alguns pontos ficaram obscuros e precisam ser sanados e esclarecidos por essas respeitadas autoridades. Por exemplo, como a futura contratada dessa Fundação deverá desenvolver a integração com outro fornecedor de sistema, qual será a quantidade de dados a integrar, quais os módulos do Edital, quais as funcionalidades, campos e tabelas envolvidos em tal operação? Sem essas informações será impossível mensurar um escopo de atividades e assim calcular os custos a serem incorridos que precisarão ser considerados da formação de preços da proposta a ser ofertada pelos licitantes.

E mais, no Edital em comento não está definido a empresa e nem mesmo o Layout específico para tal integração e, ainda, caso venha a Prefeitura de Pedreira a contratar outro fornecedor tal integração deverá ser desenvolvida novamente para outra empresa sem custo para Fundação. Em suma, trata-se de uma indefinição que, além de dificultar a elaboração da proposta na licitação como já demonstrado, poderá impor ao futuro contratado um custo adicional ao que se encontra previsto no edital trazendo ônus ainda maior, o qual mesmo se dando de modo superveniente não poderá ser ressarcido e, portanto, obrigará ao fornecedor dessa entidade a absorver os gastos de modo totalmente injusto e em visível desequilíbrio da equação financeira.

Vale lembrar, conforme disposto no artigo 45 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º do Decreto nº 3.555/2000, o julgamento proferido nas licitações precisa ser baseado em critérios objetivos definidos previamente no edital:

“Art. 45 - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade

com os tipos de licitação, OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

“Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, DO JULGAMENTO OBJETIVO, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.”

Diante disso, constata-se que as informações que deveriam estar previstas no edital, não foram determinadas, deixando-se aos licitantes a tarefa de mensurarem em suas propostas o que melhor lhes aprouverem, colocando em risco a entidade licitante, que ficará sem alternativa em cobrar o futuro contratado acerca de tais obrigações, e também os licitantes, já que a omissão de informação tão importante causa insegurança que não deve existir em procedimentos licitatórios. De acordo com o art. 8º do Decreto nº 3.555/2000:

“Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:
[...]

II - O TERMO DE REFERÊNCIA É O DOCUMENTO QUE DEVERÁ CONTER ELEMENTOS CAPAZES DE PROPICIAR A AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO, DIANTE DE ORÇAMENTO DETALHADO, CONSIDERANDO OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, A DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS, A ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO E O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

III - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da administração, deverá: [...]

c) **ESTABELECE** os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, **INCLUSIVE COM FIXAÇÃO DOS PRAZOS E DAS DEMAIS CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA O FORNECIMENTO**; e

Contudo, conforme já demonstrado, o edital contestado deixa de apresentar informações fundamentais sobre o próprio objeto que pretende licitar e que deveriam estar disponibilizadas a todos os licitantes de modo padronizado.

Sem a referência em questão, cada participante decidirá a melhor forma que lhe convier questões fundamentais, o que tornará a fase de propostas algo totalmente sem parâmetros, onde os licitantes, não se encontrando norteados por regras objetivas, cotarão preços fundados em diferentes referenciais.

É sabido que as regras do edital não podem dar margem à interpretação, necessitando ser objetivas, nos termos da lei. Isso sem falar que o objeto está visivelmente incompleto e em total contradição! O julgamento proferido nas licitações precisa ser baseado em critérios objetivos definidos previamente no edital. A Lei estabelece para as licitações a necessidade de se definir critérios que possibilitem a realização de um julgamento baseado em regras objetivas, amplamente explicitadas no instrumento convocatório.

OS FATORES E INFORMAÇÕES DEVEM ESTAR EXCLUSIVAMENTE CONTIDOS NO EDITAL, ou seja, não há espaço para a obtenção de informações novas durante a realização do procedimento e, muito menos, sobre a real natureza do objeto. Lembre-se que a descrição do objeto do edital de forma correta visa

CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma – SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

precipuamente resguardar a Administração Pública e garantir a validade das licitações. Segundo o doutrinador Marçal Justen Filho¹:

“A DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO CONTIDA NO EDITAL NÃO PODE DEIXAR MARGEM A QUALQUER DÚVIDA NEM ADMITE COMPLEMENTAÇÃO A POSTERIORI. [...] SE A DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO NÃO FOR COMPLETA E PERFEITA, HAVERÁ A NULIDADE, NOS TERMOS ADIANTE APONTADOS.

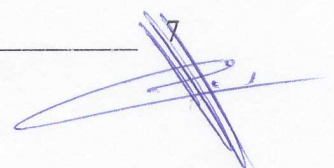
Em suma, da análise do exposto, depreende-se que o objeto da licitação em epígrafe encontra-se descrito de forma insuficiente e inadequada pela contradição de seu objeto. Tais fatores fatalmente acarretarão na frustração do certame licitatório em epígrafe, até porque o objeto licitado não pode conter contradições, obscuridades ou imprecisões. Conforme disposto no §1º do art. 44 da Lei nº 8.666/93:

“§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

Nesse sentido, as condições que deveriam ser determinadas pelo edital simplesmente ficarão a critério individual de cada licitante, colocando em risco o ente público, que ficará sem alternativa em cobrar o futuro contratado acerca de eventual definição caso discorde, e também os licitantes, já que com a omissão de informações tão importantes terão dificuldades em elaborar suas propostas comerciais.

A ausência de tais critérios objetivos fatalmente interferirá diretamente no resultado da disputa. Por essa razão, deve o edital ser revisado, para que as informações cruciais à definição do objeto, à participação de licitantes e à oferta de

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 7ª edição, Dialética, São Paulo— p.401.



CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO ME

Rua Newton Silvestre Frozoni, nº 115, Jardim Santa Maria
São Sebastião da Gramma – SP
CEP: 13790-000

CNPJ: 19.739.025/0001-30
Telefone: (19) 3646-0602
e-mail: cleberson.correa@yahoo.com.br

propostas, sejam devidamente esclarecidas a bem do interesse público, do julgamento objetivo e da lisura do procedimento que se pretende realizar.

III - DO PEDIDO

Pelo exposto, espera a IMPUGNANTE o acolhimento e provimento da presente impugnação, a fim de que se corrijam os vícios detectados no Edital, fazendo-se valer então os princípios acima expostos e, na forma da lei.

**Nestes Termos,
Requer deferimento.**

São Paulo, 24 de janeiro de 2020.



CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO-ME

Representante Legal: Cleberson Correa

CPF 260.558.048-24



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

REG. CIVIL E TAB. NOTAS E TABELIÃO DE NOTAS
R. Gabriel F. de Andrada, 44 - Centro - Fone: (19) 3846-3174
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída de
Servente, a qual confere com o original, do que dou fé

30 MAI 2017

☐ Antônio Zanollo Neto - Tabelião
☒ Emílio Bartholomeu Neto - Tabelião Substituto
Junta da Câmara da Justiça - Escrevente Autorizada



Requerimento de Empresário

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (somente para filial)	
3512926783-9			
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações)			
CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO			
NATURAL DE (cidade e sigla do estado)			
Divinópolis		UF	SP
ESTADO CIVIL		NACIONALIDADE	Brasileira
Casado(a)		SEXO	Masculino
REGIME DE BENS (se casado)		Comunhão parcial de bens	
FILIAÇÃO (pai)		FILIAÇÃO (mãe)	
PAULO CORREA NETTO		LOURENCILDA APARECIDA JORGE CORREA	
NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO
20/12/1977	27452663	3	07/06/1991
ORGÃO EMISSOR	UF	CPF (número)	
SSP	SP	260.558.048-24	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (logradouro - rua, av, etc.)			
RUA NEWTON SILVESTRE FROZONI			
BAIRRO/DISTRITO		NÚMERO	115
JARDIM SANTA MARIA		CEP	13790-000
COMPLEMENTO		CÓDIGO DO MUNICÍPIO	5438
MUNICÍPIO			
São Sebastião da Gramma			
UF			
SP			
País			
Brasil			
Atos(s) Alteração de Nome Empresarial; Alteração do Valor do Capital; Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social;			
NOME EMPRESARIAL			
CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.)			
RUA NEWTON SILVESTRE FROZONI			
BAIRRO/DISTRITO		NÚMERO	115
JARDIM SANTA MARIA		CEP	13790-000
COMPLEMENTO		CÓDIGO DO MUNICÍPIO	5438
MUNICÍPIO			
São Sebastião da Gramma			
UF		País	Brasil
CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)			
VALOR DO CAPITAL (R\$)		VALOR DO CAPITAL (por extenso)	
15.000,00		QUINZE MIL REAIS	
CÓDIGO DE ATIVIDADE		DESCRIÇÃO DO OBJETO	
Atividade Principal		SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ORIENTAÇÃO, E SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM	
7020400		DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL,	
Atividade(s) Secundária(s)		GERENCIAL, APOIO ADMINISTRATIVO E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	
2211390			
0599903			
8599A04			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	
		19.739.025/0001-30	
TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF		UF	
		SP	
DEPENDÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL		Permanece inalterado	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente/procurador)			
CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - ME			
DATA DE ASSINATURA		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/procurador)	
10/02/2015		CLEBERSON CORREA (Empresário)	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			

DEFERIDO

REGISTRO

CONTROLE INTERNO

015943839-0

REGISTRO CIVIL E TAB. NOTAS

SÃO SEBASTIÃO DA GRAMMA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS
ANTÔNIO ZANOLLO NETO - OFICIAL E TABELIÃO
R. GABRIEL F. DE ANDRADA, 44 - CENTRO - CEP: 13790-000 - TEL: 19 3846 3174 - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMMA

Reconheço por semelhança a firma de CLEBERSON CORREA, em documento com valor econômico, e dou fé. Em test. da verdade.
São Sebastião da Gramma, 20 de fevereiro de 2015
R\$ 7,25
THAIS DE CASSIA DA FONSECA
Escriturante Autorizada
1113AA028103-0

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO FLÁVIA BERTHOLINI
SOB O NÚMERO 43.138/15-9
SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO



TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 01229126

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.996/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÃO



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

SECCÃO
198391

NOME
CLEBERSON CORRÊA

FILIAÇÃO
PAULO CORRÊA NETTO
LOURECILLA APARECIDA J. CORRÊA

NACIONALIDADE
DIVINOLÂNDIA-SP

DATA DE NASCIMENTO
20/12/1977

27452663-3 - SSPSP
GRADUADO EM DIREITO E TÉCNICO

VIA 280.558.048-24
EXPEDIDO EM
01 07/02/2009

SIM

LUIZ FLAVIO BORGES D'URRO
PRESIDENTE